

Tratamento pela metade

Gustavo H. B. Franco

Depois de eletrocutado várias vezes por planos econômicos fracassados, o brasileiro se tornou uma espécie de "fundamentalista" em matéria de inflação. Tomou horror de tratamentos alternativos e passou a acreditar que a inflação era uma espécie de febre que até podia ceder temporariamente com banhos frios mas que na ausência de antibióticos, ou de uma verdadeira cirurgia, acabaria voltando ainda pior. Os economistas das variedades mais convencionais todos diziam que era preciso ordenar os "fundamentos macroeconômicos", e as pessoas comuns corretamente entendiam que as verdadeiras causas do problema, o que quer que fossem, não estavam sendo atacadas.

O tempo passou, o Plano Real acabou trazendo a inflação para níveis civilizados, e como acontece a todo doente contrariado em ver-se nesta condição, o sucesso na cura produziu uma significativa redução no rigor do tratamento. O paciente sente-se bem e torna-se impaciente. Cumpre ainda o manual, embora com alguma má vontade, mas irrita-se freqüentemente com o médico e já acha que pode suspender as injeções, voltar para a homeopatia e cair na gandaia.

Parece inegável que cresceu bastante a complacência com relação a tratamentos até então considerados essenciais para recompor a nossa capacidade de crescer. As reformas, antes tão inadiáveis, parecem migrar para a sala de espera das lideranças políticas. O sistema tributário, a legislação trabalhista, a Previdência, o Judiciário, a privatização, tudo continua mais ou menos do mesmo tamanho ou pior. Como explicar que, em nome do crescimento, estacionamos o processo de remoção dos entraves ao crescimento ?

Como indicação desta crescente complacência, já são muitos os que acreditam que o Brasil se encontra pronto para o crescimento sustentado, bastando apenas manifestar-se a vontade política de confrontar os pendores ortodoxos dos xiítas da área econômica. É daí que vem a resistência aos tratamentos convencionais e a ilusão de que os obstáculos ao crescimento estão nos juros e no câmbio, ou seja, que o problema é com a terapia e não com a doença.

Em oposição direta, encontram-se os adeptos da medicina convencional, que acham que não vai ser uma desvalorização e algumas canetadas que vão criar um novo milagre econômico numa economia que teve sua saúde tão seriamente debilitada durante tanto tempo. A doença era séria, tanto que vivemos uma hiperinflação sem ter passado por nenhuma revolução ou guerra civil, como nos outros casos desta rara patologia. É claro que a infecção não desapareceu da noite para o dia, como resultado de decisão política ou regressão espontânea. O tratamento está pela metade e se não for retomado vamos ter problemas mais à frente.

Durante um bom tempo os adeptos da medicina convencional tiveram sucesso em persuadir o paciente a se tratar pois, de propósito, misturavam a agenda da estabilização com a do crescimento. Para consolidar a estabilização, seriam necessárias reformas para consertar partes importantes do organismo econômico, ainda muito machucadas. Para crescer, não seria necessário focar em nada muito diferente. A abertura, por exemplo, servia tanto para impor constrangimentos à inflação quanto para incentivar condutas empresariais que levavam ao aumento de produtividade. A privatização, na mesma linha, ajudava o ajuste fiscal, que consolidava a estabilização, melhorava a produtividade e a capacidade de investir das empresas privatizadas.

A medicina convencional não enxerga, de fato, contradição entre estabilidade e crescimento. Mas, infelizmente, o paciente é rebelde e não se cansa de solicitar a segunda, a terceira e a quarta opinião, todas contrárias à primeira. Como não consegue conciliar diagnósticos contraditórios, o doente termina sem tomar remédio e achando que a culpa é dos economistas que não se entendem mesmo.

Parece claro que, no Brasil, a medicina alternativa em questões econômicas tem uma importância muito maior do que em qualquer outra parte.